

ESTAÇÃO PARECIS: TERRITÓRIO DE FRONTEIRAS E MEMÓRIAS

PARECIS STATION: TERRITORY OF BORDERS AND MEMORIES

Rudinei Maria Santos

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Secretária do Estado de Educação (SEDUC/MT), Secretária Municipal de Educação de Alta Floresta (MT/SME)
rudimariaeventos@hotmail.com

Rosane Rosa Duarte Seluchinesk

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
rosane.rosa@unemat.br

Resumo: Neste artigo, propõe-se a relatar as memórias dos indígenas Paresi, que, durante a implantação das linhas de correios e telégrafos, estiveram participando junto à comitiva de Rondon, bem como as consequências deste projeto de interligar os pontos lógicos para comunicação. Os que ficaram foram influenciados pelos não-indígenas, com suas formas de viver diferente, além de deixar marcas irreparáveis durante o processo de demarcação das terras, as preocupações de uma comunidade que poderia continuar usufruindo da terra e dos rios para sobrevivência de seu povo. Novas preocupações se expandem sobre a Aldeia, que, por ventura sofreu violências sob todos os aspectos, bem como influências desastrosas. O que se teve o que se tem, são apenas restos ou lugares de memórias para recordar.

Palavras-chave: memória-indígenas Paresi-fronteiras

Abstract: In this article, it is proposed to report the memories of the indigenous Paresis, who, during the deployment of the post and telegraph lines, were participating with Rondon's entourage, as well as the consequences of this project of interconnecting the logical points for communication. Those who remained were influenced by non-Indians, with their different ways of living, and left irreparable marks during the demarcation process, the concerns of a community that could continue to enjoy land and rivers for the survival of its people. New concerns spread over the Village, which, incidentally, suffered violence in every respect, as well as disastrous influences. What if you had what you have, are only remnants or places of memories to remember.

Keywords: Memory-indigenous Paresis-borders

Introdução

Aborda-se neste trabalho o grupo indígena Paresi da Aldeia Paresi, que, no início do século XX, ocupava vasta área da Chapada dos Parecis, no estado de Mato Grosso, localizado aproximadamente a 360 km da capital Cuiabá, 80 km do município de Diamantino e 25 km do núcleo urbano mais próximo, o município de Nova Marilândia. Esse território é habitado por onze terras indígenas de extensão inferior, algumas contínuas, outras não. O estudo teve como objetivo compreender o processo de modificações territoriais e as transformações na comunidade Paresi como fruto das relações estabelecidas com os outros atores que buscaram se apropriar da Chapada dos Parecis, utilizando como principal fonte a memória dos indígenas, recorrendo aos recursos de história de fontes orais. Busca-se, também, compreender os processos que levaram os indígenas a ocuparem outros espaços, a deixarem seu território e criarem outras alternativas de sobrevivência, apresentando os eventos marcantes da vida destes últimos moradores da aldeia, através das lembranças, reavivando os acontecimentos guardados na memória.

Para se abordarem tais questões, realizou-se uma pesquisa através de fontes orais (entrevistas filmadas) junto aos últimos residentes na aldeia e os seus familiares. Foram coletados materiais fotográficos, documentais, consultadas fontes bibliográficas e realizado entrevistas para acessar a memória do indígena Paresi. A coleta dos dados trouxe elementos para compreender a relação dos indígenas com os lugares de suas memórias e como ocorreu a implantação das Linhas Telegráficas da Estação Rondon, cortando as terras dos Paresi. O percurso utilizado para identificar quais as implicações destas ações para os membros da comunidade e as relações com os não

indígenas que passaram a ocupar essa região está fundamentada em Martins (2009) com relação a caracterização das frentes de expansão e Pierre Norá (1993) com relação ao conceito de memória.

Rondon e os indígenas Paresí¹

Devido às tradições de miscigenação existente na sociedade brasileira e evidentemente com os povos indígenas e segundo a concepção dos colonizadores europeus, a palavra índio foi inventada e utilizada de forma a generalizar um grupo de pessoas que se diferenciam em modos de vida e caracterizações culturais bem distantes do modo de ser dos grupos que a inventaram.

No novo dicionário da língua portuguesa, conforme Ferreira (2004), a palavra *‘índio’*, refere-se ao *habitante das terras americanas ao chegarem os descobridores europeus*. Quando se fala de índios, logo suscitam traços de discriminações, ligados estes a conceitos criados pelos livros didáticos que sempre circularam pelas escolas e salas de aula, colocando-os em situações de início da chegada dos europeus, assim descritos com estereótipos de índios cobertos de penas, empunhado seu arco e flecha, pintados, à porta de sua oca ou prontos pra caça, pesca ou guerra. E estas imagens são fortes para a influência dos alunos em fase escolar, cujas imagens ou representações vêm carregadas de estereótipos que podem ter contribuído para colocarem o índio sempre na condição do “outro”, do “diferente”, do “selvagem”, de quem se deve distanciar, temer e preocupar-se com ele quando estiverem no mesmo ambiente.

Para Paes (2002), os primeiros relatos de contato com os Paresí² datam de 1718, feitos por Antônio Pires de Campos, um bandeirante preador de índios. Com a descoberta das minas de ouro e diamante, no ano de 1718, o preamento de índios para venda como escravos foi substituído pela captura para trabalho escravo na extração dos minérios ou para trabalho como guias pelos sertões em busca de novas minas, atividade que não durou muito tempo, porém o suficiente para a ocupação dos territórios desbravados que garantiam a posse lusitana.

Com isso, levou-se ao extermínio de vários grupos indígenas na luta pela defesa de seu território. Já no século XIX, com o esgotamento do minério, a extração vegetal passou a despertar a atenção de autoridades. A utilização do látex na manufatura dos utensílios despertou a atenção do “Diretor Geral dos Índios, Antônio Luis Brandão, que informou sobre essa atividade ao Presidente da Província de Mato Grosso” (SIQUEIRA, 1990, p.34).

O grupo Paresí integra o tronco ARUAK, falando a língua Paresí e apresentando algumas nuances conforme os subgrupos: Kaxiniti, Warére, Kawáli, Kozárini e Wáimare. As situações desastrosas do contato com os não-índios deixaram marcas incalculáveis no grupo Paresí. “Atualmente, sobrevivem basicamente dois dos cinco subgrupos, os Kozárini e os Wáimare” (FERNANDES, 1993, p. 57).

A área habitada pelos Haliti³ tornou-se muito importante por dois motivos: em primeiro lugar, era rica em seringais, mangabeiras, das quais se extraía o látex, e, ainda, era abundante em poaia, um arbusto cuja raiz continha propriedades medicinais; em segundo lugar, pelo caráter divisor das águas formadoras das bacias Platina e Amazônica, aproveitadas para o escoamento desses dois produtos.

Com isso, a extração do látex e da poaia trouxe à região, no início do século XX, inúmeros extrativistas, os quais se utilizavam da mão-de-obra barata dos Paresí, roubavam e violentavam suas mulheres. Como se isso não bastasse, acabavam por trazer muitas doenças, como “a malária e a gripe, que levaram à morte muitos indígenas”. (BARISTITE, 2011 p. 211).

Porém, no início do século XX, conforme Baristite (2011) o governo buscava ampliar sua autoridade sobre todos do território nacional e, portanto, foi pensado na construção das vias de acesso para efetivar esta meta, e as linhas telégrafas eram, naquele momento, o facilitador do transporte e da comunicação em todo espaço territorial ainda não muito explorado. Foi criado,

1 Esclarece-se a grafia: na Língua Paresí, a grafia correta é com “s”, no entanto, na Língua Portuguesa, grafa-se com “c”.

2 O etnônimo Paresí é atualmente a convenção adotada pelos antropólogos para se referirem aos indígenas desta etnia. Na época histórica estudada, era através da denominação Parecis que os agentes do Estado se referiam ao grupo étnico: um etnônimo construído e atribuído por agentes externos. Todavia não podemos deixar de atentar para a auto-denominação dos grupos indígenas desta etnia, que se autoreferiam como Haliti ou Ariti no período histórico em questão. Ver Machado (1994).

3 Haliti é a denominação que o próprio grupo se atribui.

então, um projeto denominado Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso e Amazonas, em 1907, cujo objetivo era assegurar a comunicação da capital Rio de Janeiro, com os estados desde o Mato Grosso até o Amazonas. Visava, então, a demarcar os principais pontos estratégicos do País, permitindo a comunicação e vigilância nas regiões de fronteira.

Para o governo republicano, a instalação do telégrafo não representava somente facilitação das comunicações entre as regiões brasileiras, mas sim construir as linhas telegráficas significava penetrar, conquistar o território brasileiro, definir as fronteiras, conhecer os povos que habitavam as regiões mais longínquas, e, com isso, indicou-se o Mato-grossense, Candido Mariano Rondon, para dirigir os trabalhos pelo sertão. Rondon daria continuidade ao trabalho iniciado no governo imperial. O objetivo desta etapa era atingir os estados de Mato Grosso, do Amazonas, do Pará, como também o Acre, o Purus e o Juruá, vistos naquele momento histórico como uma região extremamente isolada, perigosa e de difícil penetração.

A Comissão Rondon era composta de oficiais do Exército, engenheiros militares, funcionários civis, soldados, especialistas em botânica, zoologia e geologia. Contou, também, com a participação de presos civis e políticos. A Comissão estava subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e ao Ministério da Guerra.

Nos trabalhos empreendidos pela expedição, os oficiais eram encarregados das tarefas estratégicas, enquanto cabia aos engenheiros estudar a topografia da região. Os funcionários civis eram compostos pelos inspetores, telegrafistas, guarda-fios, fotógrafo e enfermeiros, que pertenciam à Repartição Geral dos Telégrafos. Enquanto que os soldados, os presos civis e políticos eram encarregados das tarefas mais pesadas, como, por exemplo, a abertura de estradas, a colocação dos postes e dos fios.

Machado (2008) descreve que Rondon surgiu como um civilizador do sertão, que estendia as fronteiras da nação e foi com esse espírito que ele estabeleceu as relações com os Paresi dos grupos Wáimare e Kaxiniti, habitantes ao longo do território de penetração das linhas. Os Kozárini, com seu território mais a Oeste, permaneceram relativamente distantes das linhas e apenas alguns poucos se aproximaram, em decorrência de conflitos no interior do grupo endogâmico. Vizinhos dos Nambikwara, trocavam com eles mulheres e crianças, partilhando também a designação pejorativa de “cabixi”, atribuída pelos Wáimare e Kaxiniti, que os consideravam os mais “selvagens”, em contraste com eles, que se consideravam os *haliti*, mais “puros”.

Foi nas margens do Rio *Sakore winã*, o lugar da origem mítica dos *haliti*, que Rondon instalou a estação telegráfica de “Ponte de Pedra”, a segunda nas terras dos índios, a aproximadamente 90 quilômetros da primeira delas, construída nas margens do Córrego *Wazuliatíá* (ou Córrego Cágado), a estação “Parecis”.

Portanto, ao estabelecer uma estação, ele demarcava uma área para a sua sede, sempre se apropriando do terreno das próprias aldeias, o que facilitava a utilização dos índios como mão-de-obra. Em suas palavras, era uma alternativa “mais justa” do que a vida nos seringais. Sendo assim, desde 1908, ele empregou os Kaxiniti e os Wáimare na manutenção do telégrafo. Na descrição da própria Comissão:

Todos os serviços de conservação das obras da linha a partir da estação de Diamantino [a aproximadamente 90 quilômetros da estação “Parecis”, em direção ao Norte] até a de Juruena, numa extensão superior a 400 quilômetros, têm estado entregues a esses índios, que deles se desempenham com muito zelo e inteligência. São eles que fazem a limpeza do picadão, reparam os pontilhões e estivados, manejam as balsas de travessia dos rios caudalosos e operam como guarda-fios (DOMINGUES, 2010, p. 278-279).

A comissão Rondon esteve presente em toda extensão, contribuindo para a integração do noroeste brasileiro e para a ampliação da presença do Estado Nacional naquela região, justificando sua caracterização como Frente de expansão conforme conceituação:

[...] Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, por que nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 2009, p. 11).

Outro aspecto importante é entender que toda essa carga negativa das relações diversas do espaço da fronteira se apresenta como um espaço rico na perspectiva da análise das ciências sociais.

Durante o período de 1907 a 1910, a comitiva de Rondon contou com o auxílio imprescindível dos guias Paresi. Acampando nas aldeias e abastecendo-se de mandioca, polvilho e ovos, a Comissão Rondon avançou quase 1.000 quilômetros para o Norte, adentrando no então território dos temidos Nambikwara, favorecendo com o telégrafo a expansão dos seringais:

A linha tronco penetrou no sertão bruto, atravessando os seringais do planalto dos Parecis, situado nos vales dos rios Sumidouro, Sacuriu-iná, Sangue, Cravary, Sacre, Papagaio, Burity, Saueruina e Juruena, em cujas zonas foram inauguradas as estações telegráficas Parecis, Ponte de Pedra, Barão de Capanema, Utiarity, Juruena, Nhambiquara e Vilhena [...] (RONDON, 1919, p.15).

Analisando, então, o contexto, percebe-se que os indígenas Paresi Wáimare e Kaxiniti que conviveram com as linhas telegráficas em seu território se diferenciaram dos outros, designando-se a si mesmos como sendo “os índios de Rondon”, valorizando a experiência das linhas como uma forma de destacar-se e estabelecer um contraste com os “selvagens”. Enquanto outros indígenas eram considerados selvagens, sem contato, os Paresis demonstravam ser calmos e não agressivos, pelo contrário, buscavam ser passivos. Os Zoromará da Estação Parecis foram os únicos Kaxiniti que permaneceram no seu antigo território, sobreviventes da violência e das epidemias que dizimaram seu povo.

João Zoromará, nascido em 1907 foi o chefe do grupo local, depois de ser telegrafista, formado por outros Paresi na própria região. Sua família⁴ permaneceu na Estação Parecis quando ela foi desativada, vivendo da plantação da roça, da coleta, caça e, posteriormente, de empregos temporários como mão de obra barata nas fazendas de soja, inclusive nas dos próprios invasores, que abriram suas “propriedades” com financiamento do governo. Estes relatos são feitos em meio a uma miscelânea de sonhos, alegrias e tristezas, sempre perceptíveis na fala marcada dos indígenas que permaneceram.

Segundo relatos de João Batista Zoromará (filho), também conhecido como Joãozito⁵, foi nas andanças de seu pai pelas suas terras Paresi que ele conheceu o Marechal Rondon na aldeia de Capanema, e, aos 12 anos de idade começou a trabalhar. Esteve em todas as aldeias, na Capanema, depois em Uiriati, Ponte de Pedra e quando o Maximiliano Wáimare aposentou, João Zoromará (pai) assumiu suas funções na Estação telegráfica de Paresis, permanecendo até 1963, quando também aposentou-se.

Em suas memórias, Joãozito relata sobre as influências que a comissão teve junto aos seus familiares, pois haviam interesses divergentes sobre a terra, como no caso dos seringueiros com os quais confrontavam sempre porque havia disputa pela área que estava ficando cada vez menor e o povo já se sentia “imprensado”.

4 Filho de João Zoromará tinha como companheira Dejair Zoromará (Dona Fia- in memorian), com a qual teve os filhos: João Batista Zoromará (Joãozito)*, Ariovaldo Zoromará (Vaco - in memorian), Adair Zoromará (Monica- in memorian), José aparecido Zoromará (Zeca - in memorian), Dejamil Zoromará (Deja)*, Valmireide Zoromará (Mireide- assassinada em 2009 pelo segurança do fazendeiro vizinho), Valmir Benevides Demétrio (residente na aldeia), Valmirene Zoromará (Tatão, trabalha e mora em uma fazenda) e Jucimara Zoromará (Naná, mora em Nova Marilândia).

5 Apelido de João Batista Zoromará, é assim que toda comunidade o conhece, pois, na família, todos receberam apelidos.

[...] Em 70 que abriu uma lavoura e plantou, ela foi a primeira fazenda que plantou aqui no cerrado. E daí quando o povo viu que começou a matar gente por causa de terra, de tudo, porque deu produção. Daí que os caras entregou e daí que sacrificou nós, porque ficamos imprensado. Ninguém queria dar emprego pra nós (Zoromará, julho de 2016).

Segundo Joãozito, quando sua família chegou na aldeia Capanema, a quantidade de famílias era impressionante:

Quando vim para cá tinha umas 23 famílias. Pessoas, aí eu não sei te falar. Tinha mais ou menos umas cem, mais ou menos umas cem pessoas, lá pelos anos... parece de 1955. E hoje em 2016 tem quatro famílias e nove pessoas morando nas terras Pareci (Zoromará, julho de 2016).

Em seus relatos, foi mencionado que, mesmo antes de Rondon, já haviam padres na região que se refere a extensão territorial das terras indígenas: Paresi, Nambikwara, Utiariti, Ponte de pedra e Capanema. Joãozito destaca a influência dos padres na cultura religiosa, pois, desde que era pequeno, dentro da aldeia Pareci, ele recorda que sua família se considerava como católicos praticantes, bem como seus demais familiares que moram em cidades vizinhas (nova Marilândia, Diamantino, Novo Afonso, distrito da Deciolândia e até mesmo em outras aldeias).

As falas de Zoromará denotam que sua memória continua muito viva, pois relata particularidades com detalhes impressionantes, descrevendo minuciosamente os momentos e eventos que presenciou. Fatos e eventos estes que ocorreram na aldeia na sua infância, época da escolarização, da presença dos militares do 5º BEC e posteriormente 9º BEC⁶ - que permaneceram em suas terras com o objetivo de conservar a rodovia BR 364 (Cuiabá/Porto Velho) e também dos seringueiros, pequenos agricultores e dos fazendeiros. Quanto a estes últimos, as mágoas são muitas, pois, em seu depoimento, ele menciona que:

Em 1942 Otavio Costa chegou por aqui abrindo o seringal e daí o Sr. Geraldo Cosme de Freitas veio como encarregado de barracão, tomava conta do recebimento pra fornecer os seringueiros cereais, mercadorias e buscar as borrachas dos seringueiros do mato, pesa e depois fazia e mandava pra Cuiabá. [...] daí o Geraldo não tinha pra aonde ir e ficou aí e começou a vender as terras que eram devolutos né, e tirou 100 hec par ele naquele tempo por ser uso capeão, e foi vendendo o resto e vendendo. Ele vendia as terras nossas, foi vendendo, e depois vendeu e foi embora (Zoromará, julho de 2016).

Para o Joãozito, os seringueiros em nada contribuíram para sua comunidade, muito pelo contrário, trouxeram situações conflituosas, desgastantes e seu povo sofria com esta situação. Todo este processo de desgaste psicológico derivou das questões de terra, pois os fazendeiros e seringueiros entendiam que era muita extensão territorial sem uso pelos indígenas e que eles poderiam invadir para produzir riquezas para o país. As demarcações das Terras Indígenas⁷, não eram respeitadas, nem mesmo a presença dos marcos que foram fixados nas fronteiras protegiam dos invasores que adentravam no território.

Neste contexto de fronteira, Martins (2009) nos propõe o entendimento de que a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância histórica não é o chamado *pioneiro*. A figura central e metodologicamente explicativa é a vítima.

Além de destacar os atores do processo, ele analisa ainda a frente de expansão e ou frente pioneira enquanto uma diversidade histórica da fronteira, ou seja, os “modos de ver” a fronteira. Decorrente dessa caracterização se examina os conflitos humanos e a fronteira da história. Para tanto, pauta-se na categoria de “frente de expansão”, em lugar do conceito de “frente pioneira”.

6 Batalhão de Engenharia e Construção.

7 Marco de cimento com legenda demarcando o território indígena Paresi.

Em sua visão, esta categoria é “mais rica e apropriada para reflexão sociológica”, porque se refere “a lugar e tempo de conflito e de alteridade”.

Baseado na ideologia, que confere ao pioneiro o papel de demiurgo e herói criador para os pioneiros essa perspectiva nega o essencial, ou seja, as pessoas que vivenciam este contexto. Consideradas com operações “civilizatórias” que garantem a expansão territorial, a fronteira mascara a violência pela afirmação e valorização do mito do pioneiro. Este procedimento ideológico desconsidera o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa.

Dessa forma, conforme Martins (2009) as forças que representam a modernidade, passa a ser consideradas como “civilização”, justificando o seu trabalho de “limpeza da área”. A fronteira, neste sentido, longe de ser o território do novo revela-se no território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores. Como frisa o autor: “A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra no pensamento acadêmico” (MARTINS, 2009, p.14).

No caso da aldeia Rondon, essa contratação torna-se visível a partir da chegada do contingente de seringueiros que cria e recria um intenso fluxo migratório, extremamente instável e imprevisível diante da comunidade indígena que morava em sua expansão territorial, onde plantava, colhia, consumia, pescava e caçava em harmonia com os seus familiares.

Apesar de tantas diferenças e tantos conflitos, a fronteira tem uma característica fundamental: fomentar o cenário de esperança na perspectiva do advento de um novo tempo, deste modo a moeda de troca são os sonhos de quem se aventura. Martins (2009) no livro *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, faz uma profunda análise sobre a coexistência de diferentes formas de trabalho nos espaços de *fronteira* no interior do Brasil, todas marcadas pela degradação do ser humano. É neste espaço que ocorre a apropriação do trabalho humano pelo capitalismo contemporâneo, em especial no que tange à relação estabelecida entre os ditos “civilizados” e os índios e camponeses no interior do Brasil. De certo modo, instiga a pensar a *fronteira* como fio da navalha das situações limites, onde nem bem se é uma coisa nem outra, como as muitas facetas de formalidades e informalidades das cenas urbanas também. Nessa direção, instiga à aventura de pensar o conceito para além dos territórios distantes que analisou:

Esta premissa se reforça nas falas do entrevistado sobre os seus descontentamentos e mágoas com relação as demarcações de suas terras, ora usurpadas, ora devolvidas e por neste momento quase toda desapropriada e em mãos de agricultores que têm como lema o progresso econômico do país. Junto da sua família ainda que tivessem poucas terras, buscam incansavelmente continuar lutando pelos seus ideais e de seus antepassados. Também demonstra preocupação com o futuro, devido aos poucos familiares que permanecem trabalhando e lutado pelas terras, pois, como citado anteriormente, 95% dos indígenas Paresi já estão morando em outras cidades, perdendo suas raízes, culturas, tradições e identidades.

Reafirmando suas preocupações, conforme registro escrito em uma folha de caderno guardada com zelo, ele descreve como ocorreu a retirada das demarcações de suas terras pelos fazendeiros. Neste documento ele solicitava ajuda do governo. Ao suscitar as reflexões sobre o lugar e a situação da *fronteira*, verificamos que a fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. É necessário “estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano” (MARTINS, 2009, p. 141).

Vale ressaltar que a fronteira, pode ser vista como um espaço próprio, com dinâmicas outras. Essas fronteiras, contudo, eivadas pelos vetores de forças que são, quase sempre, mais fortes do que elas próprias, impõem novas dinâmicas e movimentos em prol da expansão do capital. Trata-se de um capitalismo capaz de derrubar as fronteiras físicas, emocionais, econômicas e de espaço, lugar e pertencimento. Assim o capital também derrubou sentimentos e sonhos da família indígena Zoromará, e em especial, da líder indígena Paresi Valmireide Zoromará, que, aos 42 anos, foi assassinada a tiros perto de Nova Marilândia, região de Diamantino, 209 quilômetros ao médio norte de Cuiabá.

Segundo Hashimoto (2009) Valmireide pescava junto com outras 13 pessoas, todas da sua família. Dentre eles estavam o esposo, Valdenir Xavier de Amorim e os filhos Kleber e Kelly

Cristina Zoromará. De acordo com o relato dos filhos todos estavam pescando em uma represa particular do córrego Cágado, pertencente a Sebastião de Assis, quando foram alvejados por um funcionário da fazenda, que gritava: “Seus ladrões de peixes”. Todos saíram correndo e se esconderam, mas Valdenir e Valmireide foram atingidos.

O assassinato da líder da aldeia comoveu a todos e em particular aos indígenas Paresi, pois perderam mais uma guerreira que lutava sem tréguas pelas demarcações e direito as terras. Terras estas que, para eles, que nasceram e ainda permanecem no local, significa mais que moradia, mais um lugar de memórias cristalizados nas edificações em ruínas, nos objetos, nos documentos escritos, nas recordações, nas saudades dos lugares, da natureza que foram berço de infância, da juventude e vida adulta, e de seus entes queridos que por ali passaram. Cada lugar está impregnado de lembranças e, por onde os pequenos olhos dos seus moradores percorrem, conseguem vislumbrar suas vidas, suas alegrias, momentos em família e com amigos em momentos de paz e confronto.

A memória individual existe, porém ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais se esta engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que se chama de lembrança, porque se traduz em uma linguagem. De todas as “interferências coletivas” que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do “pensamento coletivo”.

Pode-se, certamente, duvidar que a dicotomia da “memória em relação ao espaço” e da “memória em relação ao tempo” seja realmente eficaz, porque a distinção entre “duração” e “espaço” permanece escolástica, como a física contemporânea a demonstrou. Ao menos, Halbwachs (1990) extrai desta distinção, como daquela que ele estabelece entre “reconstrução” operada pela memória histórica e “reconstituição” da memória coletiva, um aspecto muito útil que a morte não lhe permitiu explorar.

Se o que se vê hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de percepções atuais. Tudo se passa como se confrontasse vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que se pode reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.

Certamente, se a impressão pode apoiar-se não somente sobre a lembrança individual, mas também sobre a dos outros, a confiança na exatidão da evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

Quando se encontra um amigo do qual a vida separou, tem se alguma dificuldade, primeiramente, em retomar contato com ele. Mas logo, quando se evocam juntos diversas circunstâncias, de que cada um se lembra e que não são mais as mesmas, ainda que elas se relacionem aos mesmos eventos; não se consegue se pôr a pensar e a lembrar em comum, e os fatos passados não têm mais o mesmo relevo, não se acredita revivê-los com mais intensidade, porque não se está mais só para representá-los, como se agora, como se via outrora, quando se olhava ao mesmo tempo com olhos próprios e os de um outro?

Neste momento é necessário entender que o espaço, como sendo o resultado das relações sociais, econômicas e políticas ora dominantes, deixa marcas impressas na paisagem. É um instrumento que sedimenta recordações, registrando, assim, as informações de tempos passados que revelam a história do lugar.

Esse entendimento com relação à apropriação simbólica do espaço acumulada de sentimentos e pertinência o define como particular e o transforma em lugar. Segundo Tuan (1983), o espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor [...]. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar.

Neste sentido, é possível afirmar que o lugar é o redimensionamento do espaço dotado de sensações, afeição e referências de experiências vividas ou, como diria Carlos (1996), o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo.

Entretanto um importante fato remete a refletir sobre como os lugares estão impregnados de memória e uma das facetas é entender por que, em alguns lugares, a memória se cristaliza e se refugia, e está ligada intrinsecamente aos momentos particulares e coletivos da história. O desafio que se impõe neste momento é entender que o espaço, como sendo o resultado das relações sociais, econômicas e políticas ora dominantes, deixa marcas impressas na paisagem. É um instrumento que sedimenta recordações, registrando, assim, as informações de tempos passados que revelam a história do lugar.

Mas um importante fato remete a refletir sobre como os lugares estão impregnados de memória e uma das facetas é entender por que, em alguns lugares, a memória se cristaliza e se refugia, e está ligada intrinsecamente aos momentos particulares e coletivos da história. Neste contexto, precisa-se ter clareza dos significados da memória para entender a história e as palavras de Nora (1993), que diz que a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. Portanto, surgem os lugares de memória que são patrimônios culturais, que podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça traços identitários do lugar.

Porém, urge entender que a memória e a história possuem significados diferentes, pois não são sinônimos e se opõem em vários aspectos.

História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem. Que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (NORA, 1993, p. 09)

Os indígenas consideram suas tradições, manifestações culturais e religiosas e buscam agregar valores aos lugares, aos objetos, fotos e cartas, fazendo cristalizar sua história, buscando reviver sua memória e, portanto, faz-se necessária a delimitação do espaço dos lugares de memória, para preservar e dar visibilidade à história e, sobretudo, a si mesmo.

Na foto apresentada a seguir, fica explícito o saudosismo e o reviver a memória de fatos e lugares importantes. Esta imagem feita em julho de 2016, teve a indicação do entrevistado que se reportou a muitas recordações, informando que este foi o lugar da primeira Estação de Linha Telegráfica implantada pelo Marechal Cândido Rondon em Mato Grosso, localizada na Terra Indígena Paresi, município de Diamantino.



Figura 1: 1ª estação de Linha telegráficas na aldeia Paresi (2016). Foto: Rudimaria Santos

Como lugar de memória ao primeiro contato com a imagem iniciou um relato emocionada do lugar em que residiu, estas ruínas fazem parte da sua infância, adolescência, juventude e vida adulta. Junto das particularidades foi acrescentando outros eventos como o fato de ser um local da escolarização, via sistema Mobral mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Diamantino. Mas também foi um lugar de festas de seu povo, de nascimento de seus irmãos, de momentos tristes.

Diversas populações ainda resguardam seus lugares de memória, muitas vezes individuais, e que, posteriormente, se transformam em coletivos, pois, na mistura entre a história e a memória, é esta que dita e aquela que escreve. É por isso, então, que esses dois personagens (história e memória) merecem que se detenham os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delinear nitidamente o domínio. Pois os lugares são momentos de história nacional, regional, local, às vezes, personalizada com as características de quem as produziu, romântica, de luta, de batalhas, de conquistas e de saudades infinitas das memórias, que massageiam o ego, os objetivos propostos, as expectativas, as necessidades de sentir saudades da vida do passado em que muitas vezes, era o protagonista da história.

A memória só conheceu duas formas de legitimidade: histórica e literária. Elas foram exercidas lado a lado, mas separadas até os dias de hoje. A fronteira atualmente desaparece e, sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção, emerge um outro tipo de história, que deve seu prestígio e sua legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado.

E neste contexto é que, para muitos “pioneiros”, no sentido de titulação própria e não muitas vezes de caráter oficial, a história é imaginário de substituição. É o renascimento do romance histórico, moda do documento personalizado, revitalização literária do drama histórico, sucesso da narrativa de história oral.

Outro lugar de memória muito importante e recordado foi a casa da guarda dos fios, assim descrito pelo João Zoromará, como lugar de guardar toda a fiação das linhas telegráficas utilizadas para conserto da fiação no percurso da Aldeia Paresi até a estação seguinte na aldeia dos Nambikwara.



Figura 2: Casa de guarda dos fios na aldeia Paresi (2016). Foto: Rudimaria Santos

A casa de guardar fios⁸ é lugar que depois foi reutilizado pela indígena Mônica Zoromará e seus filhos, que os irmãos conseguiram mantê-la em relativo estado de conservação. Posteriormente, conforme os relatos de Joãozinho, este foi um lugar especial, de momentos familiares de harmonia, sossego e também lugar onde seus filhos nasceram. Esta casa foi moradia de Valdélia Zoromará (falecida aos 35 anos, de câncer de mama) e Marcos Zoromará, este residente no município de Nova Marilândia. Neste lugar, conforme relato, foi muito importante para os moradores da aldeia, pois trouxeram além de abrigo, está sendo utilizado para guardar livros, material impressos de toda as histórias e memórias de seu povo, apesar da depredação de terceiros ainda se encontra relativamente conservada.

Conforme Tuan (1980), para compreender preferência ambiental de uma pessoa, necessita-se examinar sua herança biológica, criação, educação, seu trabalho e os arredores físicos. No nível

⁸ Local designado pela Comitativa de marechal Rondon para guardar os fios que eram utilizados na manutenção das Linhas Telegráficas, construído na Aldeia Pareci.

de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”.

Em seu depoimento, é possível perceber, no tom de sua voz, no brilho de seus pequenos olhos e no discreto sorriso, algumas saudades de tempos da juventude, da infância em que eles podiam usufruir com tranquilidade das riquezas da natureza entre si e com os não-indígenas conforme foto, sem se preocupar-se com os conflitos, apenas divertindo-se.

Outro momento especial foi buscar em suas memórias fatos importantes do período escolar. Esta fase o deixou entusiasmado, pois reportava-se então a pessoas com que até os dias atuais ainda possuem relações sociais, compartilham saudades, recordações, fotos, espaços e lugares memoráveis. Quanto à escola, menciona que:

[...] Eu gostei muito de estudar. Era tudo de graça, os livros, cadernos, lápis o raspador. Eu gostava muito de história. De contas eu não gostava, mais aprendi melhor que os outros. Tinha recreio, nos brincava de pegador (risos) e todas as coisas, brincava tudo junto, meninas, meninos, naquele tempo tudo era simples. Naquela época ainda tinha palmatória (risos), de ficar de joelho no milho, era severo. E também ele punha um pra tomar lição e se você não soubesse, apanhava de palmatória (risos) e ainda ficava de castigo. Eu agradeço aquele tempo, porque aprendia. As pessoas falam é castigo, mais é um exemplo pra gente nos dias de hoje (Zoromará, julho de 2016).

Momento de sorriso, o que se pode perceber é que, mesmo e apesar de não concordar com a chegada dos não indígenas em suas terras, ela traz consigo boas lembranças de sua época de escolarização, de amizades, e são estas memórias que ficaram cristalizadas na sua e nas histórias de seus descendentes. Pode-se observar, na figura 2, uma diversidade de estudantes na escola no período de 70 na aldeia Pareci. A seguir, da esquerda para a direita; no alto, SD Domingos (9º BEC), Jeferson (filho SGT Dantas -9º BEC), Ruival Dermival dos Santos (Taço), Célia, Valdélia Zoromará, as duas meninas, ele não conseguiu lembrar-se dos nomes, mais soube informar que eram filhas de militares.



Figura 2: Grupo escolar Dec. 70 Escola na aldeia Pareci. Foto: álbum particular Rudimaria dos Santos. Crianças na foto: Valmir Benevides Demétrio, o menino, ele apenas nomeou como irmão da Célia, Rudival Miguel dos Santos (Dengo), Rogério e Reginaldo (filhos do CB Piauí, 9º BEC), Valdirene Zoromará (Mireide), Rudimaria dos Santos (Tuta) e Zélia, irmã da Célia (todos filhas de um pequeno produtor de roça na beira da BR 364).

Quando se iniciou a identificação, os sorrisos eram inevitáveis, a sua memória foi ativada efetivamente, como se houvesse sido ligada a um fio condutor de épocas passadas. Cada pessoa, cada traço, cada situação foi descrita e, quando não se lembrava de alguns nomes, ele apenas sorria e dizia: não foi importante (risos e mais risos). Ressalta-se então:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez dela se alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1990, p. 477).

Como é necessário retomar alguns pontos da história e descrevê-la para que outras gerações possam também beber destas informações, consegue-se visualizar como eram épocas passadas, as vidas em comunidade de indígenas e não indígenas, como se dava a resolução ou amenização dos conflitos.

Neste aspecto,

A memória é a vida, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, é o lugar do presente eterno, é coletiva, enraíza-se no concreto, nos objetos e gestos, é o absoluto. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é o lugar do presente eterno; a história, uma representação do passado. A memória é coletiva, enquanto a história é universal. A memória enraíza-se no concreto, nos objetos e gestos. A história vincula-se às comunidades temporais. A memória é o absoluto, enquanto que a história, o relativo. Assim constitui-se uma história crítica da memória (NORA, 1983, p.24)

Há discussões sobre a memória e a elaboração de relatos orais, porém, os estudiosos vêm considerando a importância dos objetos e espaço como elementos constitutivos da memória ou “lugares de memória”, na expressão de Pierre Nora (1983). Os lugares de memória são, antes de tudo, *restos*. A forma extrema que subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização do mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação, valorizando mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado.

Todos os relatos dos fatos ocorridos na Aldeia, através do depoimento do indígena Joãozito, pode-se perceber a sua relevância e, em um tempo posterior, debruçar-se em maiores estudos sobre a memória, a história dos Indígenas da Aldeia Paresis, suas lutas pelas demarcações e permanência nas terras, que, para eles, sempre pertenceram a seus ancestrais. Porém, devido aos fatos ocorridos com os seus familiares, eles, os mais jovens de 2ª e 3ª geração, estão a cada dia buscando novos horizontes, nossas perspectivas de vida, sem confrontos. Uma das preocupações do entrevistado é o que vai ser de sua etnia quando eles vierem a falecer.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se, então, compreender a trajetória de vida dos indígenas da aldeia Paresi, por perceber a atual realidade em que eles se encontram naquela demarcação estabelecida pela Funai. Como objeto de pesquisa, procurou-se entrevistar os indígenas que são residentes na localidade, buscando entender, através de seus relatos, o que eles guardam na memória e, em alguns casos, registado na história de vida, neste espaço de confronto.

Vale destacar que, nas falas do entrevistado, apresentam-se momentos oscilantes de alegria e mágoa, saudade e decepção, com os seringueiros, agricultores, exército brasileiro e, por final, com seus próprios familiares, devidos aos acordos referentes a demarcação ocorrida.

Não se pode negar que, durante a entrevista, havia uma exaltação com o Marechal Cândido Rondon, pelas suas atitudes, sua coragem em realizar um projeto tão audacioso embrenhando-se nas matas, desafiando o corpo, expondo-se a fragilidade humana. Em seu discurso fortemente

marcada por momentos de tristeza, de descontentamento com a atual situação em que se encontram, devido aos fazendeiros criarem uma fronteira demarcada pelas grandes plantações de soja, eles acabam ficando presos em seu território.

Sem muitas perspectivas de avanços para produção de consumo, principalmente referente ao plantio de pequenas roças, pois a caça já não existe mais e a pesca no rio Cágado, que era o berço da alimentação pesqueira, está secando devido ao desmatamento e hoje sua renda é oriunda da aposentadoria por idade e de algumas atividades que exercem quando são contratados pelos fazendeiros. Toda a cultura de uma etnia foi e está a cada dia sendo diluída no vento, o que trouxe também para a aldeia outros vícios e manias do não-indígena, que foi bebida e o cigarro.

Ao concluir este artigo, tem-se a consciência de que o mesmo não se finaliza, pois, como mencionado anteriormente, existem muitos “nós” ainda não desatados por esta etnia, bem como suas preocupações continuam ainda enraizadas na memória e na terra. É preciso ficar atento às novas estratégias utilizadas pelos agricultores, bem como pelas propostas governamentais de terras consideradas improdutivas e sem população residente. E, por isso, é necessária continuidade aos estudos sobre as temáticas abordadas timidamente, o que significará alerta aos indígenas para as terras e a extinção de seu povo no território. O grande desafio e preocupação do entrevistado é como toda uma cultura de um povo pode acabar com o tempo e deixar cristalizado nos objetos e monumentos algumas histórias e outras memórias de seus ancestrais. Como manter viva toda esta cultura? Como reverter esta situação e convencer outras gerações a dar continuidade a seus povos? Merece novas pesquisas que possam buscar responder a estes e outros questionamentos dos indígenas Paresi.

Referências

ARISTITE, Maria Luceli Faria. Aplicando a noção de isotopia em narrativa mítica indígena. **Polifonia- Estudos Linguísticos**. Cuiabá, MT, v.18, n.23, p.209-221, jan./jun., 2011.

CARLOS Ana Fani Alessandri, **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

DIACON, Todd A. Rondon. **O Marechal da Floresta**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

DOMINGUES, Cesar Machado. Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh- Rio memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, 2010.

HASHIMOTO, Mario. Crime - Índia Paresi é morta a tiros em Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009. **Gente de Opinião**. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/c-r-i-m-e-india-paresi-e-morta-a-tiros-em-mato-grosso/40219>>. Acessado em 07 de setembro de 2016.

FERNANDES, Joana. **Índio** – esse nosso desconhecido. Cuiabá: Editora da UFMT, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Minidicionário**: o minidicionário da língua portuguesa, 6. Ed. atualiz. Curitiba: Posigraf, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/revista dos tribunais, 1990. IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/ibram/ag/oqueuseu.asp> Acesso\; acesso em 20 nov. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon**: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresí. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UF RJ, 1994.

_____. **Índio na cidade é índio?** Considerações sobre um debate provocante. ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Deptº de Antropologia/ Museu Rondon – UFMT, 2008 (20p).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009 (187p.). Revista Espaço Acadêmico – Nº 102 Novembro de 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Kloury. Projeto História. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP. Brasil, p. 28-7, 1993.

PAES, M. H. R. **Na fronteira**: os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra-MT, num olhar dos estudos culturais. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon**, chefe da Comissão. Rio de Janeiro: CLTEMTA. (Publicação n.68). (Museu do Índio). 1919.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, et alii. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá, Editora Universitária da UFMT, 1990.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Entrevista

Zoromará, João Batista. Entrevista realizada na Terra Indígena Estação Pareci. Diamantino-MT. 15 de julho de 2016.

Foto/filmagem: Rudimaria dos Santos

Recebido em 14 de junho de 2017.

Aceito em 20 de setembro de 2017.